

Ambigüidade ambiental

13 JUN 2000

O GLOBO

MARINA SILVA

A passagem para o novo milênio tem sido considerada uma espécie de referência para avaliações, identificação de mudanças e ações políticas. Hoje, há no mundo um documento que procura refletir essa transição para algo que exige uma pauta exaustiva de mudanças pequenas e grandes. É a Agenda 21, assinada por dezenas de chefes de Estado em 1992, no Rio, com a missão de levar à prática as discussões deste século sobre meio ambiente, sociedade e desenvolvimento.

A semana passada foi a última Semana do Meio Ambiente do século XX. O simbolismo dessa semana peculiar, que pretende homenagear o tema que é a cara da segunda metade do século XX, nos leva a, pelo menos, tentar identificar o estado da arte, não das questões ambientais específicas, mas da consciência a que imaginamos ter chegado a respeito da interação da qualidade de vida com o tipo de uso que se faz dos recursos naturais.

Para isso, vamos partir de um caso concreto. Certas evidências às vezes falam mais do que uma longa análise.

Veio a público há poucos dias a notícia de que a multinacional suíça Novartis Pharma estabeleceu acordo com a Associação Brasileira para o Uso Sustentável da Biodiversidade da Amazônia (Bioamazônia), com o objetivo de coletar dez mil microorganismos na Amazônia e identificar substâncias que tenham potencial industrial.

Pelo acordo, a Bioamazônia será a proprietária de todas as cepas de microorganismos que identificar, o que viria a lhe garantir retorno financeiro com base em royalties sobre produ-

tos desenvolvidos a partir de substâncias encontradas nos microorganismos. Parece, à primeira vista, um negócio vultoso, mas essa quantidade de cepas não implica número significativo de produtos efetivamente lançados no mercado. Além disso, a nossa lei de patentes, muito justamente, não permite o patenteamento de microorganismos, a não ser que sejam transgênicos, o que não seria o caso. Mas esse ainda não é o maior equívoco do acordo.

A Bioamazônia é uma espécie de ONG criada pelo próprio Governo, com o objetivo de descentralizar as decisões sobre pesquisa na Amazônia. O Governo tem 40% de participação em seu conselho e os restantes 60% são preenchidos por entidades científicas, empresariais e ONGs diversas.

Desde a sua divulgação, porém, o acordo vem causando reações de indignação em diversos setores, começando por autoridades da área ambiental do próprio Governo, a exemplo do ministro Sarney Filho. Ele declarou enfaticamente que não permitirá que se obtenham patentes de microorganismos da floresta amazônica e que o acordo é ilegal.

O pano de fundo desse negócio é o fenomenal atropelamento, pelo Governo — via acordo feito pela Bioamazônia — dos esforços para a existência de uma legislação de controle e critérios para o uso da biodiversidade brasileira.

Desde 1995, quando apresentei ao Congresso uma proposta de lei de acesso à biodiversidade, o Governo tem se preocupado muito mais em rotular e estigmatizar o projeto como

radical do que em discutir seu mérito. Pode até ter dado a impressão de um interesse genuíno em regulamentar a matéria, visto que chegou a apresentar seu próprio projeto sobre o assunto.

Mas as duas propostas hibernam, sob o peso do desinteresse do Governo de tirá-las dessa situação.

E, como sabemos, se o Governo não mobiliza suas bases, por ter maioria, quase nada anda no Parlamento.

O Governo parece estar, de fato, mais empenhado no andamento de uma proposta de emenda à Constitui-

ção que apresentou em 1998, considerando o patrimônio genético como um bem da União. Isso implica avocar a si a decisão sobre esses recursos, concedendo o acesso à nossa biodiversidade em acordos no mínimo discutíveis, a partir de exploração dos direitos tanto de proprietários privados quanto das comunidades tradicio-

nais, o elo mais fraco da corrente dos interesses aí implícitos. Mas, segundo o texto da Constituição brasileira e da Convenção da Biodiversidade, esse patrimônio se refere diretamente ao interesse público e à soberania do Estado. Portanto, é muito mais do que apenas decisão de governo.

O episódio da Novartis mostra que o Governo está fazendo já, na prática, o que pretende fazer de direito com a aprovação de sua PEC.

Ou seja, está afirmando implicitamente que não é seu interesse a aprovação de uma lei que contemple os vários aspectos da questão, inclusive a ideia do controle social.

Do ponto de vista técnico-cientifi-

co e legal ainda se poderiam levantar vários problemas, mas vamos a uma outra repercussão da história. Ela deixa ainda mais claro a ambigüidade no comportamento do Governo.

De um lado, o Ministério do Meio Ambiente alinha-se com os cientistas, ambientalistas e os interesses da sociedade que vêm toda sorte de furos e riscos nesse acordo.

De outro, o Governo do poder, do ajuste, do pensamento pragmático de “fazer dinheiro” a curto prazo onde for possível demonstra seu pouco cuidado, seu comportamento de risco na defesa de nosso patrimônio ambiental e do nosso potencial de exploração responsável e correta da excepcional biodiversidade brasileira.

Aliás, esse mesmo surto de ambigüidade já havia acometido o Governo no episódio do Código Florestal. O que o despertou e evitou a ampliação do desmatamento na Amazônia foi a mobilização da sociedade.

O interessante é que tudo isso acontece enquanto o Governo insiste em alardear um comportamento ambiental sustentável.

Na semana passada, do Meio Ambiente, na única comemoração palaciana, que foi o lançamento de uma etapa da elaboração da Agenda 21 nacional, o presidente Fernando Henrique disse, para o espanto de muitos presentes, referindo-se ao caso do Código Florestal, que a “sociedade é que não entendeu”.

Mas não entendeu o quê? Enquanto não se esclarece, o que é preciso ser entendido é que apesar das contradições do Governo a sociedade brasileira está dizendo alto e bom som que não quer entrar o século XXI rendendo homenagem à devastação e à biopirataria.

MARINA SILVA é senadora pelo PT-AC.